

Economia - Brasil

Na vida real há recessão, diz Simonsen

Na vida real, onde estão os empregos e o faturamento das empresas, não faz diferença se o país está hoje em um processo de desaquecimento econômico ou de recessão. Essa é a opinião do ex-ministro Mário Henrique Simonsen. "É apenas um problema semântico (ou seja, do significado que se dá às palavras)", disse ontem o economista na cerimônia de entrega do *Prêmio Excelência Empresarial*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Tecnicamente, é desaquecimento, pois ainda não temos dois trimestres de queda do Produto Interno Bruto (PIB). Mas o efeito sobre as pessoas e as empresas não depende do nome que se dá", afirmou.

O governo deveria ter aproveitado o momento inicial de euforia do plano de estabilização para fa-

zer o ajuste fiscal, equilibrando suas fontes de receita e despesa. Mas continua a adiar o problema, que envolve conflitos com as esferas de poder estaduais e municipais e os diversos grupos de poder na sociedade. Há dois tipos de plano de estabilização, explica o ex-ministro: um deles começa com o ajuste fiscal e enfrenta logo uma pequena recessão; o outro, com base na âncora cambial, traz primeiro a euforia, mas depois a recessão. "É o caso do México, da Argentina e do Brasil", afirmou.

Não há como obter um crescimento de 6% ou 7% com inflação sob controle sem que o governo realize o ajuste fiscal. Hoje, segundo Simonsen, só é sustentável um crescimento de 3,5% a 4,5%. "O festival de consumo em 94 dava a impressão que o Real havia trazido Papai Noel para o Brasil. Mas logo os déficits comerciais se mostraram insustentáveis. Alguns países conseguiram equilibrar as contas externas com a entrada de capitais de curto prazo. O que, mais à frente, leva a um tombo ainda maior", ressaltou.

As privatizações e o projeto de reforma tributária do governo foram duramente criticados por Simonsen. A venda de estatais, por sua lentidão, e a reforma, "porque não muda quase nada, é supérflua". O principal problema da reforma tributária, segundo o economista, é que cada grupo de poder tem a sua. Os empresários querem um alívio da carga de impostos e sua simplificação. Os estados esperam elevar a arrecadação. "E o governo espera tirar dinheiro de todos", critica, apontando como alta a carga tributária no país, estimada em 31% do PIB. Cerca de 90% da arrecadação federal já está comprometida: 35% vão para estados e municípios, 40% para gastos de pessoal e 25% com encargos da dívida pública. "Esses encargos são a parcela que pode ser reduzida, quitando parte da dívida com a venda das estatais. O custo de retardar a privatização é de 20% ano a ano", conclui. (Sonia Joia)

